dicam, as seguintes verbas da tabela de despesa ordinária do orçamento geral daquele Estado para 1947:

CAPÍTULO 4.º

Artigo 64.º, n º 3) «Administrações dos concelhos -

45:05:00

60:09:09

CAPÍTULO 5.º

3.831:14:00

13.360:11:06

CAPÍTULO 7.º

10:13:00

17.309:05:03

2) Nos termos do § 4.º do artigo 3.º e artigo 7.º do referido decreto n.º 35:770 e com contrapartida no excesso de cobrança sobre a respectiva previsão orçamental, um de Rps. 76.666:08:01, destinado a reforçar com as quantias que se indicam as seguintes verbas da mesma tabela de despesa:

CAPÍTULO 2.º

31:05:00

CAPÍTULO 4.º

1.531:(9:04

3.084:02:03

1.132:02:00

338:08:03

63.574:12:00

1.458:06:03

549:03:00

352:14:03

CAPÍTULO 5.º

de Fazenda»
Artigo 219.°, n.º 1) «Serviços aduaneiros — Encargos administrativos — Emolumentos ao pessoal

Artigo 238.º, n.º 2) «Serviço de abcari — Encargos administrativos — Participações em multas» . .

CAPÍTULO 7.º

3.153:00:00

159:01:03

CAPÍTULO 9.º

1.215:13:06

85:11:00 76.666:08:01

Para ser publicada no «Boletim Oficial» do Estado da Índia.

Ministério das Colónias, 22 de Junho de 1948.— O Ministro das Colónias, Teófilo Duarte.

2.ª Secção

Portaria n.º 12:453

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Colónias, nos termos do artigo 13.º do decreto n.º 35:770, de 29 de Julho de 1946, abrir na colónia da Guiné um crédito especial de 20.000\$\mathcal{S}\$, destinado a despesas na metrópole com o tratamento e internamento de funcionários em sanatórios e casas de saúde para tuberculosos, saindo a respectiva contrapartida da verba do capítulo 5.º, artigo 102.º, n.º 1), alínea a) «Serviços de Fazenda e contabilidade — Remunerações certas ao pessoal em exercício — Pessoal dos quadros aprovados por lei — Vencimentos», da tabela de despesa ordinária do orçamento geral daquela colónia em vigor.

Para ser publicada no «Boletim Oficial» da colúnia da Guiné.

Ministério das Colónias, 22 de Junho de 1948.— O Ministro das Colónias, Teófilo Duarte.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL

10. Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

De harmonia com as disposições do artigo 7.º do decreto-lei n.º 25:299, de 6 de Maio de 1935, se publica que S. Ex.ª o Ministro da Educação Nacional, por seu despacho de 8 de Junho de 1948, autorizou, nos termos do § 2.º do artigo 17.º do decreto n.º 16:670, de 27 de Março de 1929, a transferência da importância de 5.000\$\mathrew{S}\$ da alínea b) para a alínea a) do n.º 2) do artigo 55.º, capítulo 2.º, do orçamento do Ministério da Educação Nacional

10.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública, 16 de Junho de 1948.— O Chefe da Repartição, Manuel Miranda.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Gabinete do Ministro

Decreto-lei n.º 36:928

Já por mais de uma vez se reconheceram os inconvenientes de não haver ainda uma classificação oficial dos diferentes tipos e classes de lãs produzidas em Portugal, assente numa meticulosa definição das respectivas características têxteis.

A Junta Nacional dos Produtos Pecuários (J. N. P. P.), pela natureza das funções que lhe foram confiadas, é sem dúvida o organismo oficial de coordenação econó-